

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí



CT-PL CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO

Ata da 11ª Reunião do GT-Agência - 10/08/05 – 9h30m

SAAE - Indaiatuba - SP

Pág. 1/ 3

Membros presentes	
Secretário-executivo	Luiz Roberto Moretti
ANA	Wilde Cardoso G. Junior Flávia G.de Barros (S)
IGAM	Marília C. de Melo
P. M. Atibaia	Alexandre Peranovich(S)
P. M. Holambra	Petrus B. Weel
P. M. Extrema	Paulo Henrique Pereira
P. M. Indaiatuba	Lucidalva L.dos Santos(S)
ASSEMAE	Alberto J. M. Gomes (S)
CIESP Jundiaí	Roberto Polga
Consórcio PCJ	Francisco C. C. Lahóz Sérgio Razera (S)
SORIDEMA	Harold Gordon Fowler Raquel F. dos Santos (S)

Membros Ausentes com justificativa
SMA

Membros Ausentes sem justificativa
SERHS
Sindicato Rural de Jundiaí
UNICAMP
SABESP

Convidados	
Bracelpa	Eduardo L. Paschoalotti
P.M.Santa Bárbara d'Oeste/CONESAN	Regina A. Ribeiro
Consultor ANA	Cláudio A. de Mauro
SAAE Indaiatuba	Cap. Nelson L. da Silva Gil Serra
IGAM	Adriana A Ramos
ANA	Patrick Thomas
Consórcio PCJ	Dalto Favero Brochi
SANASA	José Luis S. Costa

(T) - Titular

(S) Suplente

1. **Pauta :** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas, por meio de mensagem eletrônica, em 26/07/2005. 2. **Abertura:** A abertura da reunião foi feita pelo Secretário-executivo e Coordenador do GT-Agência, sr. Luiz Roberto Moretti, que iniciou a reunião

cumprimentando a todos, agradecendo o SAAE de Indaiatuba pela acolhida e elogiando o espaço cedido. O Cap. Nelson, Superintendente do SAAE, disse que o local estará sempre à disposição dos Comitês PCJ. O sr. Moretti informou sobre a existência de quorum para início da mesma. 3. **Leitura e aprovação da Ata da 10ª Reunião:** O sr. Moretti solicitou a leitura da minuta da Ata da 10ª reunião do GT-Agência. Foi solicitada a alteração de duas palavras, pelo sr. Wilde. Na linha 10, onde se lê “constituir”, leia-se “instituir”, e na linha 13, onde se lê “constituindo”, leia-se “instituindo”. Após, sem outras manifestações, a mesma foi colocada em votação, sendo aprovada, por unanimidade, na forma apresentada com as duas alterações mencionadas. 4. **Informes:** Na sequência, o sr. Moretti fez um breve resumo sobre a reunião do Grupo Técnico de Trabalho do Convênio de Integração das Bacias PCJ (GTT-PCJ), em Brasília, no dia 18/07/2005, onde o foco principal foi a implantação da Agência de Bacias. Disse que a reunião teve um número expressivo de participantes. Destacou a afirmação feita pelo Presidente e Vice-presidente do Consórcio PCJ, de que a Entidade estaria se colocando à disposição, por um período de transição, até que fosse instituída a Fundação Agência das Bacias PCJ. Informou, também, que a Dra. Maria Luíza Granziera fez uma explanação sobre a Personalidade Jurídica da Entidade Delegatária. Destacou que ainda não se chegou a uma conclusão, pois há necessidade, ainda, de equacionamento de questões jurídicas e políticas. O sr. Francisco disse que o Consórcio PCJ está discutindo internamente o assunto, procurando “colocar no papel”, em forma de minuta, a visão da equipe técnica, de como poderia ser a participação do Consórcio PCJ como uma Entidade Delegatária. A sra. Marília, do IGAM, disse que o IGAM também está conversando internamente, e a procuradora do IGAM, sra. Adriana, disse que ainda existem dúvidas e que várias questões precisam ser amadurecidas. O sr. Moretti disse que o maior mérito foi ter aberto o assunto para discussão e que o mesmo está caminhando com a cautela necessária. Disse,

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



CT-PL CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO

Ata da 11ª Reunião do GT-Agência - 10/08/05 – 9h30m
SAAE - Indaiatuba - SP

Pág. 2/ 3

também, que foi extremamente importante, porque deixou clara a postura da região. O Dr. Cláudio comentou que alguns pontos ainda não foram definidos, pelo Estado de São Paulo, e que por parte do Estado de Minas Gerais e da União não há restrição quanto à entidade provisória ser o Consórcio PCJ. Disse, também, que considera que, para a região, já está amadurecida a idéia de que o Consórcio PCJ poderia ser a entidade provisória. O sr. Wilde disse que há dois pontos a serem definidos. O primeiro é se realmente o Consórcio PCJ será a entidade provisória e o segundo ponto é que o Estado de São Paulo ainda não se manifestou a respeito. **5. Continuidade das discussões sobre a Entidade Delegatária:** O sr. Wilde recordou a estrutura da entidade definitiva, já aprovada no GT-Agência, destacando as três Diretorias: de comunicação e reconhecimento social, de gestão técnica em recursos hídricos e de gestão administrativa e financeira. O Dr. Cláudio colocou que, transitoriamente, o DAEE deveria estar dando sua contribuição como Secretaria Executiva. O sr. Francisco, do Consórcio PCJ, complementou considerando que o DAEE está exercendo bem a função de Secretaria Executiva e que o Consórcio PCJ sugeriu que o mesmo continuasse a exercê-la. O sr. Wilde apresentou uma tabela com quatro alternativas para a constituição e a instalação da Agência PCJ. O sr. Moretti ponderou que, no momento, face às incertezas ainda existentes, não deveria ser discutido quem seria a entidade delegatária, mas sim, poderiam ser feitos os dimensionamentos necessários do que se precisa para a criação dessa entidade; porém, os presentes decidiram avançar na discussão inicial. Também ficou definido que a estrutura da futura Agência PCJ seria alterada, excluindo uma Diretoria (Comunicação Social), sendo suas atribuições passadas para uma Assessoria ligada à Presidência, com o intuito de diminuir custos. O sr. Wilde, então, questionou se haveria um compartilhamento de funções com o DAEE ou se a entidade delegatária assumiria todas as atribuições já discutida. A procuradora do IGAM, sra. Adriana, expressou sua preferência no sentido de que a entidade delegatária assumisse

tudo, pois não foi cogitado na reunião em Brasília, a permanência do DAEE como Secretaria Executiva. O sr. Moretti enfatizou que foi o Consórcio PCJ quem sugeriu que a Secretaria Executiva continuasse no DAEE, e que, em nenhum momento, o DAEE sugeriu continuar com a Secretaria Executiva. Da mesma forma, afirmou que tal compartilhamento de funções não foi discutido com a direção do órgão. O Dr. Cláudio sugeriu que o Grupo conversasse com o sr. Secretário de Estado de Recursos Hídricos, Dr. Mauro Arce, sobre o assunto. O sr. Moretti informou que tal proposta deverá ser levada para apreciação do Governo do Estado. Foi colocado, também, que a ANA e o IGAM, poderiam prestar auxílio ao DAEE, nos trabalhos da Secretaria Executiva. Ficou decidido, também, que a indicação dos Coordenadores da “entidade delegatária provisória”, correspondentes aos três futuros diretores, ficaria a cargo do Consórcio PCJ; contudo, acordou-se que deverá haver homologação dos nomes indicados pelos Comitês PCJ, adotando-se o seguinte procedimento: o Consórcio PCJ faria a indicação dos nomes (até três) para cada um dos cargos; no âmbito dos Comitês PCJ, estes nomes serão apreciados pela CT-PL, a qual fará uma sabatina com cada pessoa indicada, submetendo, posteriormente, à Plenária dos Comitês PCJ, sua manifestação. A indicação da equipe técnica será feita pelos três Coordenadores aprovados. Tanto Coordenadores quanto Pessoal Técnico seriam admitidos em cargos de confiança. Haveria um prazo de até dois anos para que a entidade definitiva estivesse constituída e apta a atuar. Foi aprovado que o início estimado de atuação da entidade provisória seja Novembro/2005 e que a Sede Provisória seja instalada em Piracicaba. A obrigação principal da entidade provisória deverá o ser: Criar a Entidade Definitiva, com: a) Processo Seletivo (pessoal); b) Processo Seletivo (Diretoria); e c) Processo Seletivo (Sede). O sr. Francisco disse que este assunto será levado ao Consórcio PCJ, para discussão, informando sobre a realização de reunião da Diretoria do Consórcio PCJ no próximo dia 19. **6. Discussão da Minuta de Deliberação e Plano de Trabalho:** O sr. Wilde

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



CT-PL CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO

Ata da 11ª Reunião do GT-Agência - 10/08/05 – 9h30m

SAAE - Indaiatuba - SP

Pág. 3/ 3

disse que será feita uma minuta de Deliberação pelo grupo formado por representantes do
150 Consórcio PCJ; da ANA e do IGAM e que será passada para a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ para um revisão e divulgação aos membros do GT-Agência. Após, será marcada uma reunião com o sr. Secretário de Estado de Recursos
155 Hídricos de São Paulo, sr. Mauro Arce, a fim de levar e discutir as propostas definidas. Os itens que deverão compor a minuta de deliberação serão os seguintes: 1) Escolha da entidade delegatária, estabelecendo os condicionantes; 2)
160 Estabelecimento da provisoriedade da entidade, por dois anos (parte operacional); 3) Atribuição à entidade delegatária das funções de constituir a entidade definitiva; 4) Estrutura Organizacional e relações com os Comitês PCJ; 5) Processo de
165 escolha da Coordenação e da Equipe Técnica; 6) Sede provisória, e 7) Demais atribuições da entidade delegatária. A sra. Flávia, da ANA, fez uma breve apresentação sobre uma minuta de Projeto para estruturação da entidade delegatária,
170 que deverá ser elaborado para, posteriormente, ser incorporado ao Contrato de Gestão com a ANA. O sr. Wilde solicitou ao Consórcio PCJ que faça um esboço sobre a infra-estrutura física necessária (descrevendo os itens e quantificando-
175 os), os custos envolvidos e os técnicos e treinamentos (número de pessoas) necessários. **7. Programação de Atividades:** Posteriormente, foram definidas algumas datas. No dia 01/09/2005, em Campinas, deverá ser realizada a
180 reunião conjunta do GT-Agência e do GT-Cobrança; no dia 08/09/2005, em Indaiatuba, deverá ser realiza a reunião conjunta da CT-PL e da CT-PB; e no dia 20/09/2005, deverá ser realizada a Reunião Plenária, com local a definir.
185 **8. Encerramento:** O coordenador do GT-Agência, sem outras manifestações, deu por encerrada a reunião.

190 Luiz Roberto Moretti
Secretário-executivo e Coordenador do GT-Agência, dos Comitês PCJ